

Recomendações do Fórum Gulbenkian de Saúde Mental sobre “Crises socioeconómicas e saúde mental: da investigação para a ação”

Os resultados dos estudos apresentados no *Fórum Gulbenkian de Saúde Mental* mostraram um aumento significativo da prevalência de problemas de saúde mental na população Portuguesa desde o início da crise económica, confirmando a tendência encontrada em estudos semelhantes realizados em outros países afetados pela crise. Os dados obtidos mostram ainda uma associação muito significativa entre alguns factores específicos - nomeadamente o desemprego, a diminuição de rendimentos, a privação financeira e o declínio do estatuto socioeconómico – e o aumento da prevalência de problemas de saúde mental em Portugal. Num sentido inverso, a existência de suporte social elevado e o envolvimento na comunidade onde se vive provaram ser factores de protecção em relação ao risco de ter problemas de saúde mental.

Os dados apresentados no *Fórum* permitiram também identificar várias insuficiências na resposta do sistema de saúde à crescente pressão da necessidade de cuidados de saúde mental, tanto a nível da acessibilidade como da qualidade de cuidados.

Com base na discussão de outras experiências de países representados no *Fórum* e no debate realizado sobre as políticas que se mostraram mais eficazes no alívio e mitigação do impacto da crise económica sobre a saúde mental, emergiram as seguintes recomendações:

1. Para enfrentar os novos desafios de saúde mental associados à crise económica em Portugal, a saúde mental deverá ser considerada uma das prioridades da agenda de saúde pública no nosso país. A crise económica deve ser vista como uma oportunidade para implementar reformas dos serviços de saúde mental há muito reconhecidas como necessárias, bem como para desenvolver estratégias inovadoras que permitam responder às novas necessidades de cuidados surgidas neste domínio em Portugal.
2. Deverá ser adoptada uma estratégia holística e global com a participação de vários sectores, incluindo medidas para melhorar a protecção social, diminuir as desigualdades de rendimento, mitigar os impactos do desemprego e melhorar a eficiência e a qualidade do sistema de saúde mental.
3. Para combater as consequências do desemprego, devem ser reforçados os programas de apoio à integração no mercado de trabalho, incluindo programas especiais para os jovens e famílias em situação de desemprego, programas de promoção do emprego para pessoas com incapacidade associada a perturbação mental e programas de alívio da dívida.

4. Deverá ser dada especial atenção aos programas de apoio às famílias que permitam diminuir os efeitos da crise na saúde mental de crianças e adolescentes.

5. As medidas destinadas a melhorar o acesso a cuidados comunitários de saúde mental, propostas no Plano Nacional de Saúde Mental, e cuja implementação foi interrompida nos últimos anos, devem ser com urgência postas em prática, dado serem agora mais necessárias do que nunca.

6. Reveste-se de especial importância a criação em todos os departamentos de saúde mental de equipas comunitárias multidisciplinares, uma vez que estas são indispensáveis para assegurar cuidados integrados às pessoas com perturbações mentais graves, estabelecer uma colaboração adequada com os cuidados primários de saúde na prestação de cuidados às doenças mentais comuns, e desenvolver programas de prevenção e promoção em colaboração com os cuidados primários e com os diferentes actores da comunidade.

7. Urge igualmente reiniciar a implementação do "Programa de Cuidados Continuados de Saúde Mental", fundamental para garantir cuidados sociais adequados e reabilitação psicossocial às pessoas com perturbação mental grave.

8. A fim de melhorar o acesso e a qualidade dos cuidados às perturbações mentais comuns, deve ser incentivada a promoção de modelos de cuidados colaborativos entre os serviços de saúde mental especializados e os centros de cuidados primários.

9. Os avanços já registados no desenvolvimento de cuidados de saúde mental da infância e adolescência devem ser continuados e fortalecidos.

10. A necessidade de melhorar a liderança e a governança dos sistemas de saúde mental tem sido reconhecida internacionalmente como um objectivo prioritário no campo da saúde mental. Outro objectivo crucial é a criação de modelos de financiamento que possam efectivamente encorajar as práticas e intervenções que provaram ser mais efetivas e que são preferidas pelos utentes e suas famílias.

A introdução de profundas mudanças na gestão e financiamento dos serviços de saúde mental é, assim, uma prioridade absoluta neste momento, devendo aproveitar-se todas as potencialidades oferecidas pelas propostas inovadoras já apresentadas em Portugal nestas áreas.